



Requerimento para autorização de acumulação de funções

(para efeitos do n.º 1 do artigo 14.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, conforme artigos 21.º a 23.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, e n.º 1 do artigo 93.º da Norma de Controlo Interno (NCI) | Versão 06, deste Município, aprovada pela Câmara Municipal, em reunião de 14 de setembro de 2023, bem assim, conforme o Anexo V da NCI)

Exmo(a). Senhor(a)

Presidente da Câmara Municipal de Pombal

Vereador(a), com competência delegada

(Nome) _____, dirigente, em regime de comissão de serviço / em regime de substituição, no exercício do cargo de _____ / trabalhador(a), com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado / termo resolutivo e na carreira / categoria de _____, afeto(a) ao Gabinete / Direção / Departamento / Divisão / Unidade / Equipa / Serviço / Secção de _____, deste Município, em concreto, a exercer funções associadas a _____, **requer, a V. Exa., conforme n.º 1 do artigo 23.º da LTFP e em linha com o n.º 1 do artigo 14.º do RGPC, autorização para poder acumular funções públicas com funções públicas, nos termos dos artigos 21.º e 23.º da LTFP / com funções privadas, nos termos dos artigos 22.º e 23.º da LTFP, indicando para o efeito, conforme alíneas a) a g) do n.º 2 do referido artigo 23.º daquela Lei, o seguinte:**

a) Local do exercício da função ou atividade a acumular, com indicação concreta da(s) entidade(s) para a(s) qual(ais) desempenhará funções ou atividades e a título de que cargo ou função: _____
_____;

b) Horário em que exercerá as funções ou atividades, quando aplicável: _____
_____;

c) Remuneração a auferir, quando aplicável, indicando o valor ilíquido e período a que se reporta (anual, mensal, semanal, diária, horária ou outra): _____
_____;

d) Natureza autónoma ou subordinada do trabalho a desenvolver e respetivo conteúdo: _____
_____;

e) Justificação do manifesto interesse público na acumulação (aplicável a pedido de acumulação de funções públicas, conforme n.º 2 do artigo 21.º da LTFP): _____
_____;

f) Justificação da inexistência de conflito com as funções públicas (aplicável a pedido de acumulação de funções privadas, conforme n.ºs 1 a 3 do artigo 22.º da LTFP): _____
_____;

g) Subscrive o compromisso de cessação imediata da função ou atividade acumulada, no caso de ocorrência superveniente de conflito.

Pede deferimento.

Município de Pombal, ____ de _____ de 202__

○ / A Requerente | _____

Nota 1: os elementos a indicar, por cada requerente, visam responder aos preceitos acima mencionados, bem assim, aos aspetos integrantes do Modelo 10 – Mapa de Acumulação de Funções, conforme resulta da Instrução n.º 1/2019, do Tribunal de Contas, publicada no Diário da República, 2.ª série, n.º 46, de 6 de março de 2019, consubstanciando, nos termos deste referencial, documento integrante da Prestação de Contas deste Município.

Nota 2: o presente anexo, integrante do procedimento referido em título, foi elaborado em termos que se compagine, nomeadamente, com as alíneas a) a f) do artigo 5.º do Regulamento (EU) n.º 679/2016, de 27 de abril, vulgo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).